



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

A antiga Casa-Grande da Fazenda Taperinha (Santarém, PA): entraves na luta quilombola de Patos do Ituqui por um patrimônio cultural

Autoria: Marcos Antonio Silva dos Santos (nenhum)

O quilombo Patos do Ituqui, localizado na cidade de Santarém (PA), tem resistido aos ataques de fazendeiros de gado da região interessados nas terras que a comunidade ocupa tradicionalmente desde 1911, segundo a memória social do grupo. Em meio ao conflito socioambiental deflagrado por disputas entre Patos do Ituqui e os fazendeiros de gado pelo acesso a recursos ambientais, ao longo do processo de regularização fundiária do quilombo iniciado em 2013 surge também a reivindicação dos quilombolas pelo reconhecimento da antiga Casa-Grande da Fazenda Taperinha como um patrimônio cultural do quilombo. De acordo com a bibliografia utilizada neste artigo, a Fazenda Taperinha pertenceu a Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém, que tornou esse Engenho o maior do Baixo Amazonas após estabelecer uma sociedade com o ex-confederado Rhomulus Rhome, um dos norte-americanos que por volta de 1867 imigraram para o Brasil incentivados por uma política de concessão de terras estabelecida pela província do Grão-Pará. A partir de uma etnografia documental do processo 54501.002737/2013, que trata da regularização fundiária do quilombo, e de pesquisa de campo em junho de 2018 e outubro de 2019 na comunidade supracitada, este work tem por objetivo geral analisar a antiga Casa-Grande da Fazenda Taperinha por uma reflexão de ?museu quilombola? (ALMEIDA, 2018), que foi uma perspectiva de análise de acordo com o ponto de vista dos quilombolas de Patos do Ituqui sobre a sua luta pelo reconhecimento de um patrimônio cultural que deve ser construído e mantido em termos de comunidade. Desta forma, neste estudo destacou-se que a antiga Casa-Grande da Fazenda Taperinha é utilizada pelos quilombolas de Patos do Ituqui como critério de ancestralidade, um dos quais orienta as ações de reivindicação de direitos do grupo ao longo do processo de regularização fundiária, que é protelado há mais de cinco anos no interior do aparato estatal brasileiro. Nesse ponto, uma questão se levanta: onde está o poder de decisão sobre o que é relevante para a comunidade tradicional e o que deve ser ?preservado? como uma memória histórica do grupo? Com auxílio das teorias de ?museu quilombola? percebeu-se que tal questão é deslocada do aparato do Estado por agência do grupo para o interior da organização social da comunidade que reivindica o reconhecimento daquilo que ela entende como seu



patrimônio cultural, que deve existir intencionado no auxílio a construção da identidade quilombola no presente em referência ao passado do grupo a partir de materialidades, símbolos e memórias ?tornadas coleções?.



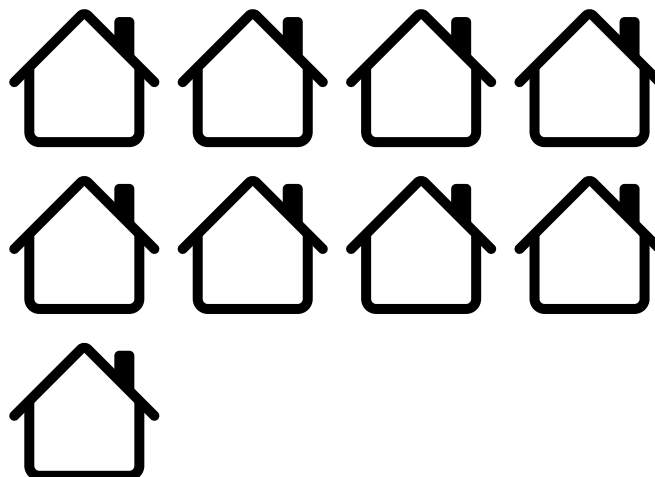
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: